**O FRACASSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB O PONTO DE VISTA DE ANDREOZZI**

Jussineide de Lima  
Antônia Maria de Oliveira  
Valdinéia Alves Santos  
Janete Bispo da Silva

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho é, pois tecer algumas reflexões acerca do contexto atual do educação inclusiva a luz das ideias de Andreozzi (2006) que faz uma análise do fracasso desta em nosso país. Assim por meio de um diálogo reflexivo desmistificar o processo conhecido no Brasil como educação inclusiva, que tem por base a Declaração de Salamanca e outros documentos oficiais. Discutir práticas de educação inclusiva é, pois questionar as formas com a inclusão se dá nos contextos sociais imediatos dos sujeitos. Pois mesmo no contexto da educação especial ainda se nota uma prática excludente e celetista que separa descrimina a pessoa portadora de necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Andreozzi.Educação inclusiva . fracasso.

**RESUME**

The objective of this work is therefore to make some reflections on the current context of inclusive education in light of Andreozzi ideas (2006 ) makes a failure of analysis of this in our country. So through a reflective dialogue to demystify the process known in Brazil as inclusive education , which is based on the Salamanca Statement and other official documents . Discuss inclusive education practices is therefore question the ways to include it gives us immediate social contexts of the subjects. For even in the context of special education still note an exclusionary practice and CLT separating discriminate a person with special needs .

**Keywords:** Andreozzi . Inclusive education . failure.

1. **Introdução**

No Brasil atual não se pode negar a forte e crescente demanda pela pela inclusão. Este tem se ocasionado em temas das reflexões de teóricos e especialistas no assunto, uma vez que a demanda nacional aponta para necessidade de tomadas de decisões no campo da inclusão.

Deste modo o que se pretende neste artigo é, pois por meio da pesquisa bibliografia refletir sobre este tema tão importante para o Brasil atual, ao passo que se tratará de conceituar e diferenciar a educação especial da educação inclusiva. Assim se desmistificará a dura realidade da inclusão nas escolas públicas, evidenciando seus desafios e paradigmas.

Desta forma sob o olhar e análise de Andreozzi (2006) busca0-se compreender a questão de tanto fracasso nas tentativas de inclusão nos dias atuais. Para isso adicionará ao dialogo as idéias de autores como:Brasília: CORDE, (1994),DELORS, ( 2004.) DIAS(2006)WANDERLEY, ( 2004)VARELA, (1995).

1. **BREVES REFLEXÕES**

A sociedade atual tem estabelecido a ideia de relação humana dentro de um dito padrão de normalidades. Esta padronização tem acarretado sérios problemas sociais, educacionais e humanos. Todavia esta tem sido a forte marca do discurso moderno, que muitas vezes deixa o senso de universalidade necessário para vida em sociedade. A diversidade existente nas relações humanas necessita da visão da multiciplidade e da universalidade como caráter de urgência e de revisão dos padrões sociais. Dentro disto predispõe que a sociedade precisa reviver não padrões de moral, mas, sobretudo de respeito às individualidades e especificidades da pessoa humana. O humano não pode ser perdido de vista. Pelo contrário devem-se buscar todos os vês mais através destas relações a convivência com as diferenças não só sociais mas sobretudo físicas.

É neste sentido que surge a ideia da educação inclusiva. Em discursa que vislumbra não só o redimensionamento de estruturas arquitetônicas e ações pedagógicas, mas de toda uma sociedade. Isso requer que o individuo seja pensado como ser histórico e que se constrói culturalmente a partir dos aspectos sociais e individuais. No que diz respeito a institucionalidade a inclusão teve relevantes avanços ao longo da década de 90 do século passado. Durante a qual se desenvolveu dois fortes movimentos que a marcaram a saber “a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca””(WANDERLEY,2004.p121).

Partindo das contextualizações teóricas de Andreozzi (2006) pós análise da Declaração de Salamanca (1994) e do Relatório Delors para a Educação no Século XXI (2004) se tem o reconhecimento da desigualdade social desenvolvida pelos processos da globalização, todavia observação aqui também a a introdução do direito de todo as a educação. Desta forma a autora faz criticas severas ao fato de que os documentos “não discute as condições que produzem o fracasso escolar, no percurso histórico da humanidade até a atualidade gerada pela lógica do capitalismo financeiro, (...), se desvia da estrutura produtora das desigualdades, na qual a escola está inserida, apresentando-a com uma autonomia que ela não tem” (ANDREOZZI 2006, p. 49).

De acordo com o disposto na Declaração de Salamanca e no Relatório Delors, a tarefa da escola é também a de acabar com o problema da desigualdade, principalmente humana. A autora assevera para forma com que os documentos evidenciam a propostas de inclusão escolar, estas já mostram logo o fracasso das iniciativas, a atribuir a escola esta responsabilidade, da qual também não se poderá eximir-se, todavia a escola é dependente de algo ainda maior que é própria sociedade a partir do qual se muda o pensamento institucional (ANDREOZZI, 2006). O que a autora quer nos afirmar =e que a inclusão não é uma fato e sim um mero discurso que não inclui a todos. Isso se verifica pelo fato de os documentos oficiais não problematizarem a escolaraziação e seu processo histórico, sendo que a inclusão depende indubitavelmente disto. Assim tornam-se mais documentos políticos que humanos, pois perde de vista os diferentes estágios de exclusão humanas.

E neste sentido se prerroga:

ser mais uma estratégia de globalização do capital financeiro que a todos pretende incluir” (...) “ao ser admitida, trabalhada e analisada como categoria lógica oposta à inclusão, mas que a valida, o sistema capitalista deixa de se mostrar coeso, numa totalidade unificadora idealizada, pois a acumulação de capital financeiro se alimenta de exclusões. (ANDREOZZI 2006, p. 51).

O que se percebe é tanto a Declaração de Salamanca como outros documentos oficiais de acordo Andreozzi ( 2006) estão firmados em “um discurso que generaliza a inclusão de todos ao sucesso, ao êxito, em nada contribui para promover uma reflexão comprometida com as exclusões sociais” (59). Trata-se de um discurso alienante que leva as questões da inclusão para um mundo totalmente descontextualizado. Cada sociedade, cada grupo humano a inclusão se caracteriza de uma forma peculiar. Generalizá-la é, pois mistificá-la, e contribuir para um processo de perpetuação da própria exclusão. Deste modo a tarefa da inclusão e de adaptação do sujeito não pode ser da escola e sim da sociedade em geral uma vez que o indivíduo não a escola com o seu único mundo. Limitar a tarefa da inclusão à escola é, pois limitar o espaço da própria inclusão. De acordo com os argumentos de Andreozzi (2006, p. 59), “a proposta de Salamanca aponta nesta direção quando diz que agora o movimento é da escola”, e isso torna a ideia de inclusão em conceito reducionista enquanto deve ser concebido em sua complexidade. Já que é a partir desta complexidade que se enxerga a vida, que é de onde “os sujeitos se transportarem de um lugar a outro, ressignificando lugares” e a si mesmos. E neste sentido não pode a escola “absorvê-los no mesmo espaço geográfico da sala de aula para evitar exclusão” (2006, p. 59).

De acordo com Dias (2006) desta forma será um:

projeto de inclusão será um projeto moralista, porque há uma redução para gerar um modelo operatório de fácil compreensão e aplicação, com resultados imediatos, cujo efeito é gerar gastos, falsas identidades, novos processos ideológicos e cidadãos de segunda classe, quer porque se inferiorizam achatados pelo traço que os unifica num grupo fechado ou quer se achem no direito de ter privilégios e posições de exceção em relação aos outros (2006, p. 36).

Dias (2006) assinala que o fracasso da inclusão escolar esta exatamente em transformas a escola em um gueto para as pessoas se sentirem um pouco melhor, mas sair de lá a vida será mesma exclusão de sempre. E assim a escola passa a ser o motor que exclui a criança portadora de necessidades especiais da inserção social.

Andreozzi continua seu discurso enfocando que “sem a implicação dos sujeitos simbolizados em seus lugares, torna-se difícil qualquer mobilidade de lugar” (2006, p. 59). Ou seja, cada espaço geográfico simboliza uma necessidade para o sujeito, estando este passível de ressignificação. Deste pondo de vista a escola é apenas um destes símbolos ressignificáveis e, portanto não caberá a ela a tarefa de adequação do sujeito, como predispões a Declaração de Salamanca. Incluir no espaço escolar enquanto a exclusão acontece no supermercado ou no próprio seio da família, é, pois trabalhas sem perspectiva, é maquiar uma inclusão cuja a face real revela exclusão em tempos e espaços. “Uma coisa se diferencia da outra, se colocada em relação a outra e sem essas relações diferenciadoras, o sujeito encontra-se diluído, enquanto parte inominável, no todo da massa e não se subjetiva” (ANDREOZZI, 2006, p. 61).

O que Andreozzi (2006) postula é o pensamento de que não adianta esforços pedagógicos se estes não se aliam a políticas sociais. Ressignificar a vida diário transcende os muros da escola e materiais paradidáticos, vais a espaços e tempos que contextualiza a vida diária do individuo. Neste sentido Varela (1995) assinala para a necessidade de se criar o mínimo de sentimento generalizado que proporcione: “olhar para a escola procurando entendê-la como um lugar atravessado por verdades proclamadas pela ciência, pela cultura, pela economia. A escola serve não só para formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais (p. 24). Estes perfis sociais e sociáveis são parte da inclusão. Atribuir a tarefa de educação inclusiva somente a escola é, pois esvaziar o processo de seu real compromisso. É esvaziar o direito de todos, é mutilar a escola e torná-la representante de uma causa que transcende seus próprios limites.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se a partir dos apontamentos e estudos realizados que a inclusão escolar tem sido uma tarefa muito árdua atribuída à escola como única responsável pela adequação aos sujeitos. Todavia não deve pensar a inclusão somente a partir deste contexto. O sujeito deve ser incluído em todos os espaços humanos e por isso se faz necessário a ressignificação dos espaços e tempo que preenchem a sua vida diária.

Inclusão se faz a partir do pensamento da complexidade da vivencia da pessoa humana, e não se pode estreitá-la ao espaço escolar, para que a escola não seja o motor que exclui fugindo assim de sua função social. Neste sentido a escola pode ser entendida como um dos espaços da inclusão e de problematização desta.

1. **REFERENCIAS**

ANDREOZZI, M.L. **Educação inclusiva: fracasso escolar da educação na modernidade Educação e Subjetividade**, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.43- 75, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais - Acesso e qualidade**. Brasília: CORDE, 1994.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, S. **Educação e inclusão: projeto moral ou ético. Educação e Subjetividade,**Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.17- 42, 2006.

WANDERLEY, M. **Refletindo sobre a noção de exclusão. IN: SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão**. 5 ed. Petrópolis:Vozes, 2004.

VARELA, J. **Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo.** In: COSTA, M. V. (Org.) Escola básica na virada do século: cultura, política currículo. Porto Alegre: FACED/UFRGS Editora, 1995.